

A Constituinte

O homem que conseguiu derrotar o PMDB

Com ameaças (e muita conversa), José Lourenço, o líder do PFL, obteve para seu partido todas as presidências das comissões.

"Os comunistas são uma espécie em extinção", diz o líder do PFL, José Lourenço para quem sua briga com o PMDB quando da votação de regimento da Constituinte foi apenas "diálogo áspero" no qual saiu ganhando quase todas as presidências de comissões da Assembleia Nacional Constituinte. Ele admite até romper com o presidente José Sarney, a quem o ligam laços afetivos desde a fundação da Frente Liberal que se opôs à candidatura Paulo Maluf à Presidência da República, se o partido assim o decidir.

Indagado sobre que correntes prevalecerão na Constituinte, responde mineiramente:

"Quem vai dominar a Constituinte é o bom senso". Quanto às esquerdas, saiu-se assim:

"Os comunistas são uma espécie em extinção. Temo que o capitalismo seja instalado na URSS primeiro que no Brasil, sem que nossos comunistas se apercebam.



José Lourenço

Existem hoje os que se consideram donos das esquerdas e que chamo marxistas selvagens que seguem o líder Luiz Ignácio da Silva, apenas por conveniência eleitoral".

Em um tom excessivamente moderado, ele nega o confronto com o PMDB: "Não houve briga, e sim diálogo mais áspero entre os líderes partidários para o encontro do desaguadouro, do estuário das tendências de cada partido. Isso é comum no regime democrático. Somente não existe onde há unanimidade, imposta pela violência".

Quanto à exclusão do PFL da Mesa Diretora da Assembleia, representada do PMDB às suas atitudes duras, ele assim vê o resultado da disputa:

"Perdi no adjetivo e ganhei no substantivo. O PFL tem a presidência de todas as comissões da Assembleia Nacional Constituinte, à exceção da IV, relativa à legislação eleitoral e partidos políticos, reservada para o senador Jarbas

Passarinho a quem apoiamos prazerosamente".

No que diz respeito à possível saída do governo, o líder do PFL diz:

"Ligam-me ao presidente José Sarney laços pessoais, de natureza afetiva. Fomos fundadores da Frente Liberal, no edifício Brasal em 1984 quando foi apontada sua candidatura à vice-presidência da República. E claro que procuro sempre separar meus sentimentos pessoais das responsabilidades de líder da bancada. Serei sempre fiel seguidor das decisões da maioria. Se a unanimidade dos deputados optar por uma postura oposicionista, não serei fator de inibição desse tipo de decisão".

Ele volta a falar da participação de seu partido na Constituinte:

"Eu e o líder Mário Covas temos consciência de que a Constituinte será multifacetada e terá em suas faces também as cores de meu partido. O que alguns temiam, por desconhecimento de nossa competência política — que o PFL fosse excluído das grandes decisões da Constituinte —, se anteciparam numa equivocada avaliação política. Doravante, nada se fará sem a nossa presença".

Os mestres

José Lourenço, português de Oliveira de Azeméis, que se orgulha de receber os amigos, inclusive o presidente José Sarney, em sua casa, teve dois mestres na vida pública: o ex-sogro, e ex-ministro de Minas e Energia — "um espírito de conciliação" — Oliveira Brito, do PSD, e o atual ministro das Comunicações e ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, de quem foi líder na Assembleia

Legislativa, durante quatro anos.

De princípio, ele nega que tenha tido professores: "A política não se apresenta. O político nasce, embora possa aperfeiçoar-se com a leitura e o estudo".

Ele lembra que sempre fez política, na faculdade de Ciências Econômicas de Salvador e nos clubes sociais de que participou, de um deles foi eleito vice-presidente e com a morte do titular, presidente por dez anos do Club Golf de Cajazeiras e Country Club, o que dá bem idéia de suas preferências desportivas.

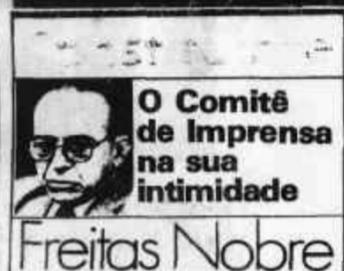
Perguntado como eram suas relações com Antônio Carlos Magalhães, com quem teve sérios desencontros, explicou:

"Nossas relações começaram por intermédio de Oliveira Brito. Antônio Carlos é excelente executivo que edificou a fisionomia sócio-econômica da Bahia; nossas relações foram interrompidas durante a sucessão presidencial, dentro, porém, de princípio de Octávio Mangabeira que adoto: 'Todas as pessoas que levam para a política, questões pessoais, jamais deveriam ter entrada na vida pública'.

Em nossas relações atuais não há qualquer ressentimento, porque assim o exige o momento atual".

Ele diz ainda que "não tenho um só inimigo pessoal. Defendo idéias, com veemência, com calor, com a força que advém de uma homem afirmativo. Sou homem afirmativo, mas sou simultaneamente conciliador. Gosto de conversar política principalmente quando a conversa induz ao entendimento".

Lustosa da Costa



O Comitê de Imprensa na sua intimidade

Os comitês de imprensa do Senado e da Câmara são dois pontos de atração e de muita curiosidade no quadro geral do Congresso.

O comitê da Câmara fica situada em local privilegiado, com passagem pela parte interna do plenário e pelas ligações das duas entradas principais de acesso — uma delas junto à Mesa, por onde passa o presidente do órgão e a outra no final das filas de poltronas.

A sala de imprensa da Câmara liga-se por alguns degraus à lanchonete dos jornalistas, um pequeno recanto quase do subsolo, onde se pode degustar um filé na chapa, sanduíche, pastel, leite, sucos, refrigerantes e o arroz doce de sobremesa.

São apenas duas pequenas mesas. Quem tiver pressa ou não encontrar lugar, pode fazer sua refeição ligeira de pé, ao lado do balcão.

Algumas vezes não dá sequer para entrar, de tão cheia.

Até os deputados descobriram as vantagens do barzinho da imprensa. Menos, por certo, pela comida. Mais pelo contato com o jornalista, o que facilita a entrega de um

discurso de pequeno expediente, ou a articulação de uma intriga da qual ele não quer passar como autor. ("Se você disser que fui eu, eu desminto") Ou, ainda, para fornecer uma nota de interesse do deputado. Em geral, apenas de interesse dele, porque quando a notícia tem valor jornalístico o deputado pode evitar o vexame de pedir sua publicação como quem pede um favor.

A lanchonete só não se transformou num quarto de lamentações e de pedidos, porque também vários funcionários do Legislativo passaram a fazer ali suas refeições, apesar de existirem sete restaurantes e lanchonetes no conjunto do Congresso.

A visita ao Comitê de Imprensa é um ato de cortesia que alguns parlamentares exercitam, mesmo quando não têm nenhuma notícia a distribuir. Outras vezes são deputados que levam suas discussões para a sala de imprensa, esperando repercussão. E não escapa o que não gostou da notícia e que procura a desforra contra o profissional diretamente.

Os comitês de imprensa nasceram na França, por ocasião da Assembleia Geral instalada com a Revolução Francesa. Jean-Jacques Hébert, diretor e redator de *Le Père Duchesne*, observou que os jornalistas não podiam ficar sem liberdade e mobilidade para o trabalho. Preparou, então, um abaixo-assinado dos jornalistas pedindo a instalação de uma sala para os profissionais. Reivindicavam, ainda, a instalação de uma bancada para a imprensa que lhes permitisse acompa-

nhar mais de perto as atividades constituintes. O requerimento foi despachado favoravelmente e se instalou o primeiro comitê de imprensa.

A partir daí, a prática se alastrou, alcançando os demais Poderes.

Não se tratava apenas do interesse do jornal ou do jornalista.

Era o próprio Poder, dependente da comunicação, que estimulava o aparecimento das salas de imprensa.

O comitê é uma espécie de pequena Câmara que elege seus dirigentes, que se pronuncia sobre fatos de importância e que participa, inclusive, das delegações de parlamentares ao Exterior. E o faz com mais equilíbrio e justiça, dentro de uma escala organizada com o nome de todos os seus integrantes. Compõe, inclusive, a representação junto à ONU, quando viajam os observadores parlamentares.

A Câmara exercitou, há alguns anos, por proposta do então deputado Faria Lima, a escolha pelo computador de 50% dos parlamentares para as missões internacionais, com base nos méritos intelectuais. Sabe-se que alguns fraudaram as informações e, portanto, a própria programação.

Certa feita, um parlamentar que conhecia várias línguas e possuía numerosos cursos, inclusive universitários, foi premiado pela máquina, apesar da concorrência desleal. Quando lhe perguntaram como obtivera a indicação, ele respondeu: graças à máquina, mais sensível que os colegas...

A sala de imprensa da Câmara

a partir do Pequeno Expediente, mais conhecido por "pinga-fogo", fica com as mesas e máquinas cobertas de cópias xerografadas de discursos e outros pronunciamentos que em geral alcançam uma centena diariamente, inclusive os não pronunciados, mas que são "dados como lidos". E a praxe não mudou com a Constituinte.

Outras vezes, a sala de imprensa é invadida pelos oradores que não obtêm respaldo de divulgação e que tentam convencer os jornalistas da importância do assunto tratado.

São exemplos dessa útil convivência os deputados Paes de Andrade e Fernando Lyra, até porque, desde que Thales Ramalho foi promovido a ministro do Tribunal de Contas da União, eles o substituíram nesses contatos e são uma boa fonte de informação, tão importante que nem sempre é citada, para não desgastá-la.

Agora, com a Constituinte e deputados novos, alguns profissionais do jornalismo em número mais expressivo que nas legislaturas anteriores de certo ajudam a orientar os recém-chegados. Mas outros que passaram por alguma rápida experiência num veículo qualquer de comunicação ou que escreveram meia dúzia de crônicas no semanário de sua cidade, entram na sala com a saudade manhosa de "salve, colegas!", ou "boa tarde, coleguinhas!", na esperança de ser notícia no dia seguinte ou mais adiante.

Mas, exatamente por não terem a vivência do jornal, não percebem, pelo menos por enquanto, que a saudade não faz a notícia e a presença não altera o discurso.

UMA NOVIDADE PAULISTA

É o Conselho de Bancada, revigorado por Quércia, e agora sob a presidência de Francisco Amaral.

A bandeira mais cara ao governador Orestes Quércia, a da reforma tributária, corre o risco de não ter como melhor palanque na Constituinte a bancada paulista. E não vai ser a única questão delicada que os deputados paulistas vão ter de enfrentar: terão dificuldades também para encaminhar outra reivindicação de São Paulo que é a de ter representação proporcional de fato na área federal, ou seja, ter o número de deputados proporcional ao número de habitantes.

Nos dois casos, trata-se de saber lidar com as reações das demais bancadas, que já estão sendo sentidas até pelos deputados estreates em Brasília. O quase fim do Conselho de Bancada (criado em 1955 mas, sem função concreta, desaparecido na prática) foi revigorado por Quércia, e no último dia 11 Francisco Amaral foi eleito seu presidente. Mas não foi uma ação muito hábil, até o momento. Um primeiro debate já havia sido marcado (a reforma tributária seria discutida por todos os deputados paulistas, entre eles José Serra e Delfim Neto), mas foi adiado sine die, pois se temia a reação das bancadas de outros Estados que poderiam "punir" alguns líderes paulistas com a sua não escolha para os principais cargos nas Comissões constituintes.

— Os deputados recém-chega-



Amaral

Goldman

Quércia

dos estão assustados com a linha dura dos deputados de outros Estados contra São Paulo — diz um também recém-chegado mas veterano em poder e articulações. "O que prevalece entre os deputados não paulistas é que o atraso de seus Estados se deve ao avanço de São Paulo", comenta este deputado.

Nada mais "natural", comentam outros dois políticos. Um deles, Herbert Levy, deputado por 40 anos e desta vez fora do Congresso ("com prazer, pois o nível está muito baixo"), diz que "se alguém pensa em ir a Brasília para defender o primeiro rico, é tempo perdido".

O cientista político Bolivar Lamounier, também candidato não eleito e de posições bem distantes da de Herbert Levy (seu partido foi o PSB), tem a mesma opinião. "Não se pode defender a mais para São Paulo. Vão rir na sua cara."

Nem o fato de São Paulo ter um significativo número de políticos — Ulysses Guimarães, Mário Covas, Fernando Henrique, Severo Gomes — em posições de destaque como presidências ou lideranças, deve aumentar o peso em reivindicações regionais. "Todos estes líderes são potenciais candidatos à presidência da República. E como um cargo destes não se ganha apenas por São Paulo, eles não vão se indispôr com os outros Estados pedindo mais para o seu próprio território de origem", diz Bolivar. Alberto Goldman, ex-deputado e secretário-geral do PMDB paulista, hoje um dos secretários de Estado mais próximos a Quércia, concorda mas vê um outro aspecto: "Eles não vão se bater por São Paulo. Exatamente a sua qualidade como políticos, confirmada por sua escolha na Constituinte, pode inibi-los para

pleitear especificidades paulistas".

Cuidado

— É claro que há interesses regionais. Mas os deputados devem ter o cuidado de colocar os interesses regionais abaixo dos nacionais, e os interesses de bancada abaixo daqueles partidários — diz Goldman. Mas existe uma defesa: "Como princípio, a Constituinte não deve agir através de bancadas. Mas há questões da Federação que devem ser tratadas assim. Não devem ser encaradas como problemas de um Estado, mas da população. No caso da representatividade, é um esbulho o que fazem com São Paulo: um eleitor daqui vale metade de um baiano ou mineiro, e 20 vezes menos que um eleitor de Rondônia". Quanto à questão tributária, o secretário de Coordenação dos Programas de Governo de Quércia diz que "a questão não é de abocanhar mais, mas de impedir que se sugue mais do Estado. A redistribuição de recursos é natural, mas até certo ponto".

Esse "até certo ponto" faz prever o lógico, apontado pelo presidente do Conselho de Bancada paulista, deputado Francisco Amaral, e pela socióloga e pesquisadora Maria Teresa Sadek: a reforma tributária não será radical nem rigorosamente proporcional como querem alguns defensores da reforma ligados à Frente Municipalista. Francisco Amaral, na convocação da reunião de bancada para discutir o assunto, preveniu: "Temos de tomar uma posição antes que se adote uma política tributária diminuindo o montante de recursos a que São Paulo tem direito". A socióloga lembra os argumentos dos outros Estados — "Se voltamos aos Estados e municípios o proporcional ao seu recolhimento os mais pobres continuarão sempre mais pobres".

Mas um outro aspecto é levantado por Bolivar Lamounier — o porquê desta discussão. "É claro que qualquer Estado quer mais dinheiro. Mas os interesses dos líderes de Estados fortes passam por cima dos interesses dos partidos." É o que está acontecendo agora, segundo Lamounier: "A estratégia de Quércia é nitidamente a de um candidato a presidente da República Velha. Propõe discussões que não tocam em questões partidárias, tenta com as coligações uma frente única em São Paulo, fala de um conselho de bancada 'suprapartidário'. É uma estratégia de unificação de tudo, sutil, onde ele monta a sua campanha eleitoral do ponto de vista da estratégia política".

V.M.